

**FAMÍLIA, ESCOLA E PSICANÁLISE:  
IDEAIS DE FAMÍLIA E SAÚDE MENTAL NOS CONTEXTOS EDUCATIVOS**

*Liliane Cristina Santos \**

*Marcelo Ricardo Pereira \*\**

**RESUMO:** Este artigo apresenta um projeto de pesquisa clínica qualitativa, que busca compreender a função da família, seu caráter de transmissão, no que se refere à constituição subjetiva da criança, considerando as profundas transformações contemporâneas das instituições, inclusive a da família. Propomos uma discussão sobre a temática em articulação com a educação, abordando-a no contexto social e avançando para a perspectiva psicanalítica. Notamos que a noção de função da psicanálise pode nos fazer avançar teórica e clinicamente na tentativa de superar modelos parentais ou de comportamentos que supostamente pudessem garantir um desenvolvimento adequado à criança, permitindo a problematização dos ideais de família marcantes em nosso imaginário social e a reflexão sobre seus possíveis impactos na saúde mental dos aprendentes, familiares e educadores nos contextos educativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família; Escola; Psicanálise; Saúde Mental; Método Clínico.

**FAMILLE, ÉCOLE ET PSYCHANALYSE:  
IDÉAUX FAMILIAUX ET SANTÉ MENTALE DANS LES CONTEXTES ÉDUCATIFS**

**RÉSUMÉ:** Cet article présente un projet de recherche clinique qualitative, dont l'objectif est de comprendre la fonction de la famille, son caractère de transmission, en ce qui se réfère à la constitution subjective de l'enfant, compte tenu des transformations profondes contemporaines des institutions, y compris celui de la famille. Nous proposons une discussion sur ce thème, articulée autour de l'éducation, en abordant le contexte social et en avançant vers un point de vue psychanalytique. Nous notons que la notion de fonction de la psychanalyse peut nous permettre d'avancer théoriquement et cliniquement dans la tentative de surmonter les modèles parentaux ou de comportements qui supposément peuvent garantir un développement adéquat à l'enfant, permettant une problématique des idéaux familiaux qui marquent notre imaginaire social et des réflexions sur ses impacts possibles sur la santé mentale des apprenants, des familles et des éducateurs dans les contextes éducatifs.

**MOTS-CLÉS:** Famille; École; Psychanalyse; Santé Mentale; Méthode Clinique.

---

\* Mestre em Psicologia (UFMG); Universidade Federal de Minas Gerais; [lilianecsantos@hotmail.com](mailto:lilianecsantos@hotmail.com);  
<https://orcid.org/0009-0003-5097-9616>

\*\* Pós-Doutor em Psicologia Escolar, Psicopatologia Clínica e Psicanálise (USP; Aix-Mersille-França) e em Teoria Psicanalítica e Educação Social (UFRJ; UOC-Espanha); Universidade Federal de Minas Gerais; [marcelorip@hotmail.com](mailto:marcelorip@hotmail.com);  
<https://orcid.org/0000-0002-0977-9124>

## **Introdução: Contextualizando o Estudo**

O conteúdo deste artigo é a adaptação de um projeto de pesquisa clínica qualitativa em andamento, que se insere na linha “Psicologia, Psicanálise e Educação” do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG. O estudo referido busca compreender a função da família, seu caráter de transmissão, no que se refere à constituição subjetiva da criança, considerando as profundas transformações nas instituições, inclusive na família, e as subjetividades como se apresentam na contemporaneidade. A proposta é discutir sobre a temática articulada ao campo da educação, por ser um assunto presente neste campo. Não obstante, sabe-se que há nos discursos pedagógicos um determinado ideal de família que muitas vezes não corresponde às famílias da realidade, situação da qual podem decorrer desdobramentos, até mesmo conflitos.

Ressaltamos que o interesse pelo tema surgiu do percurso profissional de atuação na saúde pública, com destaque para o trabalho como psicóloga clínica da Unidade Materno Infantil de um hospital de Belo Horizonte, e na educação na área da psicologia e da saúde, o que mobilizou o estudo contínuo sobre a relação pais e bebês/ crianças pequenas. A atuação referida envolve o atendimento às famílias de bebês hospitalizados, bem como o estudo e a formação sobre essa temática junto à equipe de saúde. Faz parte do trabalho, ainda, a escuta aos profissionais, que por vezes demandam por se sentirem provocados pelos casos e trazerem, então, questões de ordem pessoal que se relacionam às suas vivências com relação à parentalidade e à infância. Isso oportunizou observar determinadas expectativas no que se refere aos papéis atribuídos às figuras parentais, especialmente aquelas referentes às atribuições da mãe no cuidado à criança, dentro de um modelo ideal de vivência da maternidade e de cuidados. Percebemos que as intervenções realizadas no trabalho como psicóloga de uma unidade materno infantil muitas vezes implicam em problematizar este ideal de mãe e de pai presentes nos discursos dos sujeitos escutados.

Assim como no contexto da assistência à saúde, ideais de família também estão presentes nas instituições do campo da educação, podendo provocar mal estar, bem como significativos efeitos na saúde mental dos alunos, dos familiares, dos educadores. Se recorrer às identificações é um funcionamento muito presente na atualidade, as imagens relacionadas à família e ao comportamento de seus membros parece-nos ainda mais acentuadas. Com o acesso facilitado aos conteúdos virtuais, a propósito, as famílias e os profissionais inseridos nos contextos educativos podem servir-se deles para buscar repostas de como lidar com os filhos ou alunos e encontram muitas soluções prontas e imediatas. A temática acrescenta-se a outros variados conteúdos disponíveis no ambiente virtual.

É preciso marcar que certo horizonte da psicanálise lacaniana e sua leitura de Freud fundamenta as operações necessárias à subjetivação da criança, reconsiderando os protagonistas concretos do laço com ela para enfatizar as funções materna e paterna, que franqueiam o advir do sujeito. Neste sentido, operar com a noção de função afasta-nos do enfoque em comportamentos e em papéis sociais apropriados

dentro de parâmetros e ideais culturais determinados. As referências que são consideradas, na perspectiva da psicanálise, dizem respeito a um lugar singularmente constituído na subjetividade da criança, que pressupõe a transmissão de um desejo não anônimo, como apontou Lacan (1969/ 2003). Isso permite-nos o desvencilhamento de um modelo idealizado de família, estabelecido previamente a partir de certo aparato da cultura.

Acreditamos que a noção de função pode nos fazer avançar teórica e clinicamente na tentativa de superar modelos parentais ou de comportamentos que supostamente pudessem garantir um desenvolvimento adequado à criança, permitindo, inclusive, a problematização dos ideais de família marcantes em nosso imaginário social e a reflexão sobre seus possíveis impactos na saúde mental dos aprendentes, familiares e educadores nos contextos educativos. A reflexão tem potencial para favorecer a construção de um fazer mais condizente com os problemas enfrentados na área educacional/ escolar, enfocando a saúde mental dos sujeitos envolvidos neste contexto, em uma visão ampliada. Neste sentido, acrescentamos que a perspectiva da clínica enquanto diretriz central da pesquisa e da prática psicanalíticas é focada no caso e baseia-se na experiência da singularidade como tal, com o consequente imperativo de ler o caso e construir intervenções a partir da concepção do sujeito como uma exceção ao universal. Partimos do pressuposto da clínica como método próprio de pesquisa em psicanálise (ANSERMET, 2003), seu método específico de construção de saber e, conseqüentemente, de fazer. Neste sentido, a leitura psicanalítica sobre a família, com a diretriz da clínica, e, por conseguinte, a problematização do tema, poderá fomentar uma prática que se amplia para além de concepções pré estabelecidas.

É neste sentido que justificamos a pertinência deste estudo e propomos, neste artigo, uma discussão sobre a temática da família em articulação com a educação, abordando-a no contexto social e avançando para perspectiva psicanalítica, de forma a possibilitar uma base para prática, considerando um olhar não restrito aos ideais de família pré definidos e marcantes nos discursos predominantes em nossa cultura.

### **Família, Escola e Suas Extensões: Interfaces Remotas e Continuadas**

Dentro da temática da família, como citamos, chama nossa atenção a busca por respostas no nível imaginário, no plano das identificações, como se já houvesse um modo previamente estabelecido de como lidar com a criança, de cuidar dela e educá-la. E observamos, em nossa prática, a angústia que pode ser provocada quando são percebidas discrepâncias ou dificuldades na vivência destes ideais, com importantes impactos na saúde mental dos envolvidos.

Sobre isso, aludimos à Jerusalinsky (2014), que se refere aos elevados ideais de nossa cultura acerca da maternidade em significativo descompasso aos sentimentos de culpa, horror e fracasso que observa em sua prática clínica. Tendo em vista que, nos ideais sociais, a maternidade é relacionada a um amor

vivido com pureza, desinteresse, de forma natural e capaz de possibilitar uma sensação de completude para a mulher, o que pode ser visto, na prática, em contrapartida, é a angústia das mães decorrentes dos fatos de não investirem nos filhos um amor incondicional e não deterem um saber prévio sobre essa vivência.

Sabemos que as escolas lidam com as famílias diretamente em seu cotidiano, e, sendo uma instituição, proporciona e promulga certos ideais, inclusive relacionados à família. Neste âmbito, é possível destacar que aparece, com frequência, no discurso dos profissionais, a associação do fracasso escolar a problemas de ordem familiar, como discute Couto (2012), por exemplo. A chamada “família desestruturada” surge como pano de fundo nas falas dos envolvidos em casos de crianças e adolescentes que exigem intervenções em diferentes esferas pelas dificuldades com a aprendizagem ou outros problemas de comportamento nas instituições escolares que perturbam sua rotina.

Portanto, família é uma temática sempre presente na educação, havendo inclusive um tensionamento entre o que se convém considerar como o papel atribuído à família e aquele relacionado à escola no que diz respeito à formação da criança. Ariès (1978/ 2017), ao discorrer sobre o estabelecimento do que denomina sentimento de família inaugurado com a família nuclear moderna, esclarece que tal processo sofreu grande influência do desenvolvimento e consolidação da escolarização. O autor demonstra que é somente na era moderna que se constitui os sentimentos da infância e o da família, distinguidos da vida coletivizada da Idade Média, sentimentos que surgem dos progressos da vida privada e da intimidade doméstica decorrentes dos avanços da industrialização e da consequente entrada da mulher no mercado de trabalho, o que constituiu uma nova forma de sociabilidade.

Ariès (1978/ 2017) explora a transição para a sociedade moderna e industrializada, na qual a infância começou a ser valorizada e protegida de maneira destacada, discutindo a influência de fatores como a urbanização, a educação obrigatória e a crescente importância da família nuclear na transformação das experiências infantis. No que diz respeito à imagem de infância, o historiador utiliza fontes literárias e iconográficas para analisar as mudanças nas representações e nos sentimentos associados à criança ao longo do tempo, identificando a influência de fatores como a religião, a literatura infantil e os ideais românticos, que contribuíram para a construção do imaginário social em torno da infância. O autor mostra que a imagem da criança passou de uma visão adultocêntrica na Idade Média para uma concepção mais idealizada da infância como um período de vulnerabilidade, inocência e pureza, com o advento das sociedades modernas. No que se refere ao chamado sentimento de família, diretamente correlacionado ao sentimento da infância, Ariès (1978/ 2017) o avalia recorrendo à análise iconográfica dos períodos Medieval e Moderno e distingue uma transformação lenta e profunda das realidades e, conseqüentemente, dos sentimentos da família, a partir do século XV, com influência significativa do estabelecimento da escolarização. O historiador narra que, na Idade Média, a educação das crianças fazia-se na prática - de atividades domésticas ou de certo ofício - junto a adultos com os quais conviviam, já que elas, a partir de sete anos, eram enviadas para viver com uma outra família que não a sua. Mas, do século XV em diante,

houve uma crescente concentração da educação no espaço escolar, que deixou de ser restrita aos clérigos e estendeu-se como importante dispositivo de introdução da criança na vida social, de forma a auxiliar na passagem para a vida adulta. Neste momento, há uma exigência nova de rigor moral por parte dos educadores. A escola tinha o papel, por um lado, de proteger a juventude e manter sua inocência e, por outro, de atender a preocupação dos pais de vigilância aos filhos e de mantê-los por perto, ao contrário do afastamento característico do período medieval. A substituição da aprendizagem prática pela escola revela uma aproximação da família e das crianças e a presença dos sentimentos da família e da infância, na visão do autor.

Atualmente, notamos que, paralelo ao crescimento e positivação da educação como dever do estado, direito da criança, constituindo-se a criança e adolescente como responsabilidade da sociedade (BRASIL, 1990; KHULMAN JR, 2000; KRAMER, NUNES & PENA 2020), observa-se um movimento de concentrar na família os esforços para a formação do futuro adulto, como forma suposta de garantir a promulgação de valores e crenças da família em seus aspectos privativos e individualizados.

A isso se soma o fato de as famílias demarcarem mudanças importantes em sua configuração na atualidade, indicando modos diferenciados de formatação em relação àqueles predominantes na sociedade ocidental até a segunda metade do século passado - caracterizado pelo modelo homem, mulher e filhos. Essas mudanças foram influenciadas por fatores que variam desde a emancipação da mulher até o atual processo de globalização e podem provocar questões de ordem social, nas diferentes instituições, inclusive por perturbar certo ideal de família, que ficou fixado no modelo da família tradicional moderna (ARIÈS, 1978/ 2017; SAMARA 1997 e 2002; CAVENAGUI & ALVES, 2018).

Faz-se necessário apontar que, mesmo que as famílias sempre tenham sido marcadas por diferentes configurações ao longo da história brasileira (SAMARA 1997 e 2002; MUAZE, 2011 e 2016; SCOTT, 2009; CAVENAGUI & ALVES, 2018), há uma hegemonia, em termos de discursos e de políticas, de um modelo tradicional de família formado por casal homem e mulher heterossexuais e seus filhos, unidos pelo matrimônio e orientados predominantemente pela religião cristã. Porém, tal formato não é tão majoritário, nem exclusivo, como fora anteriormente (CAVENAGUI & ALVES, 2018). Atualmente, com a permissão da separação conjugal<sup>11</sup>, principalmente, houve um importante crescimento

---

1. <sup>11</sup> O casamento no Brasil era indissolúvel até 1977. Mesmo com os avanços na legislação brasileira a partir deste período com relação ao divórcio, ainda havia barreiras importantes para que ele ocorresse. Foi por meio da promulgação da Constituição de 1988, como produto do processo de redemocratização do país, que se estabeleceu importante marco para consolidação das configurações contemporâneas de família existentes no Brasil. Com base na Constituição, novas regras para o divórcio foram aprovadas, o que facilitou a separação legal dos casais e instituição da união estável. As mudanças na legislação fez dissolver as regras rígidas associadas ao casamento como única forma de reconhecimento da união civil e base para a formação de uma família ou uma nova família após o divórcio. Além disso, o texto da Constituição sobre o divórcio ensejou que novos arranjos conjugais fossem reivindicados como, por exemplo, a união civil entre homossexuais. Desta forma, no campo do direito, importante parâmetro para pensarmos na inclusão ou não de diferentes formatos de organização de grupos sociais, as concepções de família foram abrangendo ideias que vão desde da consanguinidade, convivência e economia afim até o enfoque na afetividade, o que conduziu à uma ampliação do conceito, abarcando os vínculos afetivos não formalizados, ou seja,

de situações de crianças e adolescentes sob a guarda de apenas um dos genitores, de avós, de tios, família extensa em geral, bem como de guarda compartilhada, o que possibilitou a convivência e relacionamentos entre irmãos de diferentes uniões, inclusive. Acompanhamos também a ascensão de famílias monoparentais, o consentimento de casamentos homoafetivos, dentre outras circunstâncias, o que provoca e exige mudanças nas práticas de cuidados à criança e nos arranjos das relações familiares (CAVENAGUI & ALVES, 2018; SCHUWARTEN, 2019). Tais remodelagens demandam reedições e ressignificações dos discursos, ações e políticas concernentes à família, o que interfere, de forma marcante, no cotidiano das instituições de educação.

Notamos que o modelo de família tradicional moderna ainda faz-se fortemente presente nos discursos políticos e religiosos que embasam a sociedade ocidental e, sobretudo, a brasileira, arraigada no moralismo cristão. Sobre este aspecto, pontuamos que, se assistimos, por um lado, um apelo social que reivindica o retorno da família tradicional moderna, sem concessões para outros formatos – haja vista, por exemplo, o crescimento da atuação de grupos políticos e religiosos que se voltam para incentivar ações que favoreçam ou reforcem determinados padrões familiares<sup>22</sup> – por outro, observamos as famílias não tradicionais, com composição diferente da formatação pai, mãe e filho(s), buscando acender ao status de família, pleiteando suas prerrogativas. Pereira (2017) e Roudinesco (2003) discutem sobre esta questão, apontando a busca de casais homoafetivos de adotarem a ordem familiar que outrora os excluíram, via casamento, adoção e/ou métodos de inseminação artificial e barrigas de aluguel. Parece haver algo da família tradicional fortemente reivindicado, seja pela busca de conservação do modelo, seja pela tentativa de ascensão ao status de família pelos grupos que antes não o alcançavam.

Outro aspecto importante a ser destacado nesta discussão, que justifica a opção por abordar a perspectiva psicanalítica sobre a família, de forma a possibilitar a expansão do olhar sobre o tema, refere-se à possibilidade de as teorias psicológicas, inclusive as de base psicanalítica – alicerce dos saberes e das práticas pedagógicas – serem utilizadas com vistas a embasar certas concepções de família. Badinter (1985), por exemplo, ao analisar o amor materno na Europa do Século XVIII a fim de fazer objeção à ideia do amor de mãe como natural e intrínseco à mulher, afirma que “o discurso psicanalítico contribuiu

---

não instituídos pelo casamento, especialmente a partir da validação das uniões informais pela Constituição de 1988 (CUNHA, 2010; CAVENAGUI & ALVES, 2018; SCHUWARTEN, 2019).

2. <sup>22</sup>Um fato marcante relativo à família foi a aprovação pela Câmara dos Deputados do Estatuto da Família. Em seu texto, o estatuto conceitua a família como união formada entre homem e mulher. Os movimentos sociais ligados à mulher e à defesa do direito do casamento entre pessoas do mesmo sexo entendem a proposta como um retrocesso porque exclui arranjos familiares diferentes e questiona a legitimidade de uniões que não foram realizadas entre homens e mulheres. Isso, à propósito, retira o direito das crianças que não são criadas dentro do modelo proposto pelo Estatuto de se sentirem pertencentes a uma família, podendo repercutir de forma significativa em seu cotidiano. Ainda mais recente, em outubro de 2023, a Comissão de Previdência e Assistência Social da Câmara aprovou o projeto de lei 580/2007 que proíbe o casamento homoafetivo no Brasil. O relatório questiona a decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal, que equiparou uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo às uniões reconhecidas entre homens e mulheres.

para tornar a mãe a personagem central da família” (p. 294). Segundo a autora, a teoria psicanalítica proposta por Freud, bem como seus desdobramentos, vincularam a mulher à maternidade e isso ocorreu com o apoio da medicina e da imprensa.

Costa (2010) lembra a inflação das teorizações a respeito da figura materna e sua importância no desenvolvimento da criança, por volta dos anos 1950 e 1960 - com as contribuições de Melanie Klein, Winnicott, entre outros (podemos acrescentar Spitz, 1965/ 1998) - a partir das quais a mãe era considerada responsável pelas dificuldades e pelos sucessos que os sujeitos experienciavam ao longo de sua vida. Para a autora, se neste momento imperou o pressuposto de que a doença mental tinha origem nas perturbações relativas aos cuidados da mãe à criança, posteriormente, a grande preocupação passou a ser restaurar “‘autoridade paterna’, considerada enfraquecida no seio da família” (COSTA, 2010, p. 65).

Acreditamos que esse fenômeno, além de levar a equívocos metodológicos, pode até mesmo prover desdobramentos sociais e políticos que vão na contramão da ética psicanalítica, que cumpre a diretriz da singularidade, sendo contrária ao padrão universalizante. Apontamos que a lógica da padronização pode causar a segregação de determinados núcleos e configurar-se como desafio também no campo da educação, considerando seu propósito de oferecer, de forma equânime, acesso a oportunidades de construção de conhecimento, favorecendo o desenvolvimento das potencialidades e a inclusão e a emancipação de todos os grupos e indivíduos de dada sociedade.

É válido colocar que, na perspectiva da psicanálise de orientação lacaniana, de acordo com a evolução da teoria até o texto “Nota sobre a criança” (LACAN, 1969/ 2003), podemos situar a constituição subjetiva da criança implicada em certas operações relacionadas às funções materna e paterna, independente da configuração familiar. Contudo, mesmo que estas não estejam atreladas às figuras da mãe ou do pai, necessariamente, menos ainda associadas a determinados comportamentos, notamos que o uso dos termos pode ter fixado tais funções às figuras materna e paterna, na história da teoria e em suas interpretações, como apontam as críticas de Badinter (1985).

Considerando esses apontamentos, a proposta da pesquisa que baseia o presente artigo é estudar a temática da família, a fim de compreender seu caráter de transmissão, discutindo sobre a função que opera na constituição da subjetividade da criança. Desta forma, interessa-nos averiguar, diante das profundas transformações nas instituições, inclusive na família da atualidade, em que sentido isso acarreta consequências ao que Lacan (1969/ 2003) localizou como a transmissão irreduzível de uma constituição subjetiva.

No entanto, dentro do arcabouço deste artigo, trazemos a discussão que serve de ponto de partida para a investigação em andamento. Portanto, aqui propomos apresentar a leitura da psicanálise sobre família, de forma a problematizar os ideais de família presentes nos discursos e ações e refletir sobre suas possíveis repercussões no campo educativo. Com este intuito, entendemos ser fundamental situar a família em nosso contexto social. Partindo da revisão sobre a temática da família, contemplando o resgate de seu percurso histórico social com foco no Brasil, o que já foi realizado na pesquisa referida, podemos

aprender que, embora sempre tenha havido díspares modelos de família em nossa sociedade, hoje é possível notar possibilidades mais amplas para seu reconhecimento e validação, decorrentes do maior acesso e espaço no campo do direito e nas representações sociais, reciprocamente, com consequentes exigências de reedições e ressignificações dos discursos, ações e políticas referentes à família e com importantes efeitos nos contextos educativos. Neste sentido, trazemos, mesmo que de forma sucinta, o tema da família na perspectiva histórica-social, para depois apresentar a leitura psicanalítica sobre a temática.

### **Família na Perspectiva Histórica-Social com Enfoque no Contexto Brasileiro**

No que se refere à historiografia sobre família no Brasil, podemos notar, basicamente, duas leituras possíveis e contrapostas. A primeira delas estabeleceu-se através de escritos na forma de ensaios situados entre as décadas de 1920 e 1950 e buscava investigar, majoritariamente, as classes dominantes, visando compreender o processo de formação da identidade nacional. Essa perspectiva objetivava entender a família na sua relação com o Estado e partia da concepção modelar da chamada família patriarcal, promulgada, principalmente, por Gilberto Freyre (1933), em sua clássica e reconhecida obra *Casa-grande e Senzala*. A estrutura da família patriarcal formada no Brasil Colonial, enfocada por este eixo de estudo, era centrada na figura do senhor que dotava de poder incontestável sobre aqueles que habitavam a casa-grande e a senzala sob sua égide, aos quais cabia somente obedecer aos seus desmandos. Para os autores representantes desta linha de pensamento – citamos Freyre (1933), Buarque de Holanda (1936) e Prado (1942) - a forma como socializamos e os antagonismos entre classes podem ser explicados e entendidos pelo nosso passado colonial, na medida em que a cultura de mandar da casa-grande acompanharia os seus sucessores mesmo após a abolição da escravidão em 1888. No ponto de vista dos teóricos desta linha, a família é considerada a base da estruturação da sociedade colonial e o verdadeiro fator colonizador do Brasil - e não o indivíduo ou o Estado - exercendo a justiça, controlando a política, produzindo riquezas, ampliando territórios e imprimindo o ritmo da vida religiosa, o que teria moldado a formação do povo brasileiro. Neste sentido, eles colocaram a família no centro do debate, pois, neste espectro, ela é considerada a base da estruturação da sociedade direcionada pelo patriarcalismo, que moldou a formação do povo brasileiro, com efeitos, portanto, até atualmente (FREYRE, 1933; PRADO, 1942; BUARQUE DE HOLANDA, 1936; MUAZE, 2011; 2016; SCOTT, 2009).

A segunda matriz de leitura ou de pensamento sobre a família brasileira foi desenvolvida a partir dos anos 1970 por historiadores que se dedicaram ao estudo do núcleo familiar em si mesmo, utilizando-se de diferentes metodologias, novos objetos, temas e problemas. Se a primeira linha utilizou, como fontes históricas, memórias e relatos de viajantes, autobiografias, cartas régias, decretos e atas da Câmara Municipal, os estudos mais recentes incorporaram métodos da demografia histórica, estudos de gênero e o enfoque da economia doméstica, diferenciando-se da perspectiva ensaística anterior. Trabalhando com



fontes seriais como registros paroquiais e listas nominativas de habitantes, por exemplo, e partindo da interpretação de inventários post-mortem, testamentos, contratos de casamento e dote, estes estudiosos pesquisaram a família, composição de domicílio, nupcialidade, fecundidade e equilíbrio entre os gêneros. Assim, os historiadores encontraram modelos de organização familiar que não contavam com estrutura numerosa nem eram compostas por parentes, agregados, escravos, submetidos ao poder absoluto do chefe da casa, como descreveu Freyre (1933) ao caracterizar o modelo patriarcal. Ao contrário, foram observados diferentes tipos de famílias, como aquelas que tinham as mulheres como principal referência, as unidas por casamentos legais ou vínculos informais, além de serem compostas por maior ou menor número de filhos. Estes historiadores, ao averiguarem diferentes configurações familiares presentes no Brasil desde o período colonial, sustentaram uma crítica ao modelo que foca na família patriarcal, já que este não é tão representativo da organização social brasileira como parecia ser, acabando por restringir a análise a uma única realidade observada (SAMARA 1997, 2002; MUAZE, 2011, 2016; SOTT, 2009).

Samara (2002), com o objetivo de fazer uma análise comparativa da família brasileira do período colonial até a atualidade, considerando mudanças e continuidades, parte do questionamento se temos uma nova família no Brasil no momento. A autora expõe mudanças econômicas e nos padrões das famílias brasileiras, mas defende que a família brasileira não apresentou grandes transformações quanto à estrutura e número médio de componentes ao longo dos anos, já que apresentações diversas de família sempre estiveram presentes em diferentes regiões, grupos, classes e período da história. Samara (2002) mostra que as evidências históricas são enriquecedoras para repensarmos o perfil da nossa família na atualidade e a complexidade de padrões que existiram nos séculos XVIII e XIX, o que comprova que, ao menos numericamente, a família brasileira não era sinônimo de família extensa.

A partir da explanação de Samara (2002), que faz um recorte de gênero para compreensão das características das famílias brasileiras, podemos notar que o contínuo crescimento da entrada e do estabelecimento das mulheres no âmbito familiar e social constitui-se como um aspecto básico para essa compreensão, possibilitando dimensionar características e formatações das famílias ao longo do tempo.

Cavenagui e Alves (2018) argumentam que, paralelamente à transição urbana, à transição demográfica e à transição da estrutura etária, o Brasil está passando por uma mudança na composição dos domicílios e das famílias, pois os arranjos domésticos estão ficando mais plurais e diversificados. Os autores, acompanhando essa mudança nos domicílios e nas famílias, destacam que foi observado um crescimento bastante expressivo da chefia feminina<sup>33</sup>, no começo do século XXI, o que os autores correlacionam às amplas transformações econômicas, sociais e demográficas das últimas décadas.

---

3. <sup>33</sup>É importante esclarecer que é considerado chefe da família a pessoa responsável pela família ou de referência, envolvendo circunstâncias que são resultados de oportunidades e outras que são contingenciais, como, por exemplo, a pessoa que mora sozinha (CAVENAGUI & ALVES, 2018).

Sobre esse crescimento de configurações familiares nas quais a mulher é uma figura central, Samara (2002) descreve circunstâncias nas quais os membros da família não seguiam as normas determinadas no modelo patriarcal, o que se fez sentir na complexidade das estruturas das famílias, na atuação marcante das mulheres na vida domiciliar e na divisão de tarefas dentro e fora dos domicílios que não eram, na prática, tão reforçadoras do modelo patriarcal como foi suposto.

De uma maneira geral, Cavenagui e Alves (2018) afirmam que os censos demográficos do IBGE apresentam um retrato amplo das grandes transformações econômicas e sociais brasileiras, mostrando que o país está “cada vez mais urbano, feminino, mestiço, envelhecido e com maior diversificação familiar” (p. 37). Para pensar nesse aspecto da pluralidade das famílias, os autores retomam a historiografia brasileira sobre a temática e afirmam que a família assume diversas organizações ao longo da história e em cada formação social específica. Eles resgatam as descrições de Gilberto Freyre (1933) e Prado (1942) sobre o Brasil Colonial. No entanto, também afirmam, confirmando argumentações de outros estudiosos, a existência de formas alternativas de estruturação familiar, além dos modelos hegemônicos das classes dominantes, mesmo que a estrutura hierarquizada e desigual da família patriarcal tenha influenciado os demais formatos. Cavenagui e Alves (2018) ressaltam que o modelo hierarquizado e pouco democrático da família patriarcal exerceu grande influência sobre a organização da sociedade brasileira, marcando-a com características relacionadas ao patrimonialismo, ao clientelismo e ao coronelismo.

Cavenagui e Alves (2018) acreditam no declínio deste sistema social que “tende a ser superado pelas novas dinâmicas familiares e sociais e por uma sociedade com maior igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como pela difusão de novas formas de família e de relacionamentos sexuais entre as pessoas” (CAVENAGUI & ALVES, 2018, p. 43). Os autores, recorrendo a Therborn (2006) e em conformação com suas ideias, apresentam esta indicação sustentando que os diversos acontecimentos históricos ocorridos ao longo do século XX permitiram o avanço de um processo de despatriarcalização no mundo. Assim, mesmo reconhecendo suas marcas no dia a dia das pessoas, em suas condições materiais e nas manifestações culturais dos diversos países da comunidade internacional, esses autores compreendem que construir uma sociedade pós-patriarcal, com equidade de gênero, liberdade de opção sexual e com igualdade de oportunidade entre homens e mulheres são desafios e também metas a serem alcançadas. Para Cavenagui e Alves (2018), o Brasil avançou na transição demográfica e na diversificação das configurações familiares e, neste sentido, defendem que o país passou não só pela Primeira Transição Demográfica como está experimentando a Segunda Transição Demográfica, que se caracteriza pela diversificação e ampliação de arranjos familiares, mudanças no comportamento sexual, alteração no papel dos filhos na dinâmica das famílias e modificação da correlação de forças entre os sexos, com redução e até reversão de desigualdades de gênero.

A partir destes pontos desenvolvidos, propomos refletir: como a Psicanálise pensa sobre a família e em que sentido tal leitura pode ser articulada à evolução das características das famílias na conjuntura brasileira? Podemos questionar, ainda: a leitura psicanalítica sobre a temática pode contribuir com o manejo das questões relacionadas às famílias nos contextos educativos?

### **Família na Perspectiva da Psicanálise: Funções Materna e Paterna**

Elia (2010) discute sobre a constituição do sujeito e comenta sobre o uso do termo genitora como primeira definição psicanalítica de mãe, referindo-se ao adulto próximo de que Freud nos fala (FREUD, 1900, 1905), quem executa a ação específica para o atendimento das necessidades do bebê, fazendo isso pela introdução da palavra também. Segundo Elia (2010), a opção de usar o termo genitora e não mãe justifica-se pelo objetivo de não fixar a referida função na pessoa da mãe. Na perspectiva da psicanálise, muito além de estabelecer uma relação dual recíproca, a mãe pode ser aquela que encarna o Outro, fazendo a função de introduzir o bebê no campo da linguagem. Assim, mãe é considerada em sua função simbólica, sendo agente de uma operação necessária à constituição subjetiva da criança.

É válido mencionar, portanto, no que concerne ao Outro – escrito com letra maiúscula por Lacan com intuito de fazer uma distinção entre este e o outro enquanto semelhante – trata-se de um conceito amplo que nos remete ao lugar do significante e da linguagem, porém nota-se que é por meio de um agente materno que um bebê recebe as marcas significantes e é inscrito no campo da linguagem (JERUSALINSKY, 2002). Segundo Costa (2014), Lacan articula a presença da mãe ao lugar do Outro, “ou seja, a mãe na teoria lacaniana ocupa no real o lugar do Outro primordial, o Outro real da demanda, para onde se dirigirá a demanda a partir das necessidades”. O Outro, como implicado à estrutura da linguagem anterior ao sujeito, precisa ser encarnado e materializado, para endereçar ao bebê um desejo não anônimo.

Em *Direções para um congresso sobre a sexualidade feminina*, Lacan (1958/2003) critica a noção de carência afetiva, que associa diretamente falhas reais de maternagem a distúrbios do desenvolvimento. Segundo ele, essa noção de carência afetiva “é reforçada por uma dialética de fantasias das quais o corpo materno é o campo imaginário” (p. 734), constituindo-se como uma “negligência marcante” (LACAN, 1958/2003, p.734). Ansermet (2003) cita essas críticas de Lacan e esclarece que a relação entre mãe e criança não pode ser concebida somente em termos diádicos, já que há uma mediação nesta relação. Trata-se, portanto, da função materna, cuja resposta transforma o grito do bebê em demanda, o que quer dizer passar o que está no campo do real, sem representação, para o campo simbólico da linguagem, na medida em que quem assume a função materna faz o papel de interpretar as manifestações corporais do bebê, dar sentido ao seu choro, oferecendo a ele, além do alimento, o signo. Para isso, é preciso que este agente materno dê um lugar para a criança, colocando-a como alvo ou como causa do seu desejo, tendo

o desejo uma participação fundamental na constituição subjetiva da criança, para que o cuidado não seja anônimo, mas particularizado, como aponta Lacan (1969/2003). Nas palavras do autor:

A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo. É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo (LACAN, 1969/ 2003, p. 369).

Lacan (1969/2003) relaciona a função materna ao interesse singular que o agente materno expressa pela via dos cuidados, evidenciando suas faltas como um pré requisito para esse endereçamento à criança. Assim, o teórico destaca a importância do desejo, enfatizando as faltas da mãe e enfocando-a em sua função. No que se refere à função paterna, Lacan (1969/2003) a corresponde à mediação ao desejo materno, apresentando seu nome como “o vetor de uma encarnação da Lei no desejo” (p. 369). Podemos dizer, neste sentido, que a Lei é a barra, a castração, que se inscreve no Outro. Para haver a dialética da demanda e do desejo no lugar do Outro é necessário que se instale uma intervenção, que Lacan articula a lei do pai.

Conforme Costa (2010), foi Lacan quem recuperou a importância da função paterna para a psicanálise. Partindo da universalidade do incesto, propôs pensar a função simbólica do pai, representante da lei, na medida em que “ele nomeia, dá seu nome, e, por esse ato, encarna a Lei” (p. 65), o que quer dizer que a função paterna é o exercício de uma nomeação que permite à criança adquirir sua identidade, de forma a não deixá-la exposta às capturas fantasísticas da mãe, o que faria dela objeto de seu gozo (COSTA, 2010). Na leitura que a autora faz da teoria lacaniana, “a função fundamental do Édipo aparece como coextensiva à função paterna”, o que, à semelhança da função materna, não equivale à presença ou pessoa do pai (COSTA, 2010, p. 65). Segundo ela, a partir desses construtos teóricos, é possível distinguir o papel social do pai e a sua função lógica. A autora argumenta que, atualmente, o papel do pai, atrelado às suas referências culturais, está em declínio. Mas, na visão da psicanálise, o aspecto central da discussão não diz respeito à presença do pai na família ou à sua avaliação enquanto bom ou mau pai – estes relacionados ao seu papel social. A autora lembra que a ausência do pai na família não significa a sua ausência no complexo de Édipo. Assim, sustenta uma crítica à discussão sobre a chamada “carência paterna” em voga nos dias de hoje. Na perspectiva da psicanálise, trata-se do pai em sua função lógica, como operação, sendo que o determinante não é a pessoa do pai, mas o Nome-do-Pai, ou seja, a importância que o agente materno dá à palavra ou ainda a autoridade do Outro, o significante que se inscreve como corte em sua relação com a criança. Para Costa (2010), a releitura do complexo de Édipo em Freud foi uma das grandes contribuições de Lacan para a compreensão da constituição do sujeito e para a prática clínica com crianças, na medida em que propõe uma mudança na concepção ambientalista

da função dos pais junto à criança, para uma concepção mais estrutural da família. Nesta perspectiva estrutural, “Lacan procura isolar a falta que concerne à estrutura da linguagem, à qual se submetem tanto o pai quanto a mãe e o filho, sendo os pais encarregados de transmiti-la” (COSTA, 2010, p. 66).

Couto e Santiago (2007), ao fazerem um resgate sobre a função paterna, retomando a evolução do conceito ao longo do ensino de Lacan, apresentam, primeiramente, o pai enquanto metáfora – com a função de substituir o desejo da mãe, em uma operação de separação entre a criança e o Outro materno. Posteriormente, as autoras discutem sobre o pai castrado, que corresponde à teorização que enfoca a falta no campo do Outro. Neste último sentido, a castração é inscrita na estrutura do ser falante, assim como assinala Costa (2010), e o pai não é mais agente de sua inscrição, que procede da própria linguagem, constituindo uma falta essencial no Outro que o faz incompleto. Neste ponto de vista, a função paterna tem relação com uma exigência de fazer da mulher causa do seu desejo, impedindo, assim, que a criança satisfaça esse Outro materno saturando seu desejo. Portanto, o pai transmite sua própria castração e o agente materno, na medida em que aceita seu lugar de mulher como causa do desejo do pai, admite a própria castração e não se torna toda mãe.

Miller (1994) corrobora com essas ideias ao discutir sobre a importância de o filho dividir sua mãe entre mãe e mulher, para que a mãe não seja toda mãe, sendo fundamental a incidência da função do pai no desejo da mãe. O autor afirma: “o objeto só encontra seu justo lugar ao dispor-se à função de castração” (MILLER, 1994, p. 7), ressaltando que a criança não pode saturar a falta na qual se apoia o desejo da mulher. Retomando a expressão de Winnicott, da mãe suficientemente boa, Miller (1994) argumenta que tal ideia sinaliza a exigência de que a mãe não seja boa em demasia: “a mãe só é suficientemente boa se não o é em demasia, se os cuidados que ela dispensa à criança não a desviam de desejar enquanto mulher” (Miller, 1994, p.7). Desta forma, a metáfora paterna corresponde a uma divisão do desejo que impõe que a criança não seja tudo para o sujeito materno, viabilizando que ela também, como mulher, estando dividida em seu desejo, possa dirigir-se a outros objetos.

Portanto, é possível pensar, enfocando no desejo, nas funções materna e paterna enquanto operações necessárias à constituição subjetiva da criança. A mãe (enquanto agente), ao ter um interesse particularizado pela criança, aliena-a ao seu desejo. O pai (enquanto função), ao dividir a mulher, transmite e aponta a castração, de forma que a criança não fique aprisionada no gozo do Outro. O que é sustentado por Couto e Santiago (2007) é que a função da família é a transmissão de um desejo e de contenção do gozo, ou seja, de transmissão da castração.

Segundo Lacan (1969/2003) e em conformação com suas ideias neste texto, um desejo que não seja anônimo implica em um desejo particular, singular, o que pressupõe que seja nomeado - pela “encarnação da Lei” (LACAN, 1969/2003, p. 369) – ou seja, que tenha sofrido uma inscrição do nome do pai.

Na contemporaneidade, os psicanalistas observam o que denominam declínio da função paterna, conformado com o avanço da ciência e de suas novas parcerias, sobretudo com o capitalismo, que

resultaram em uma queda da autoridade paterna, das instituições, do pai como símbolo ordenador do social como fundado por Freud (1912-1913) em *Totem e Tabu*. Heinemann e Chatelard (2012) colocam que a função paterna foi substituída e perdeu o seu lugar como agente da castração. As autoras pontuam:

Na cultura contemporânea - ou pós-moderna, como defendem alguns sociólogos -, o importante para o sujeito é gozar a todo custo com o que acontece no mundo e consumir o que este lhe oferece de imediato; assim, ele irá encontrar novas formas de sintomas e de mal-estar da cultura (HEINEMANN & CHATELARD, 2012, p. 643).

Considerando que a função paterna é estruturante para o sujeito, Heinemann e Chatelard (2012) buscam refletir sobre o lugar dessa função na família, considerando as mudanças nas constituições familiares. Apontam a supremacia do mais-de-gozar sobre o Nome-do-Pai, com o declínio simbólico dos tempos de hoje, questionando-nos se família tende a se constituir sem uma referência à castração. Neste contexto, a família, sobretudo a criança, aparece como objetos de consumo na cultura.

Se a família tende a se constituir sem uma referência à castração, podendo configurar-se como objeto de consumo, pode ser uma hipótese diante da questão que o presente estudo visa responder, e que nos interessa aprofundar. Retomando as reflexões que motivaram esta investigação a partir da nossa prática clínica, especialmente as relacionadas às buscas de ideais referentes à família e até mesmo, como citamos, às tentativas de retomada de certo ideal da família tradicional moderna, pensamos que estas buscas de referências parecem não ocorrer da mesma maneira que anteriormente. Acompanhamos mudanças nas formatações subjetivas decorrentes das características de nossos tempos—de gozo e de consumo exacerbados, de referências muito mais pulverizadas— o que, a propósito, motivam pensadores a delimitar uma era pós moderna e psicanalistas a refletirem sobre diferentes formas de enlace social (DUFOUR, 2013; ROUDINESCO, 2008). Assim, interessa-nos averiguar em que sentido se dá a transmissão que a família opera na atualidade.

Couto (2010) salienta que a família, ao se apresentar em novos modos de aliança e satisfação e novos impasses entre os sexos, permanece como uma estrutura simbólica desde que garanta a função de transmissão “de um desejo particularizado, não anônimo, vetor da Lei no desejo” (p. 59). A autora retoma a função de resíduo da família, na medida em que “pai, mãe e criança são apreendidos a partir de seus lugares significantes” (p. 59).

Entretanto, levantamos a questão: o que é a função de resíduo, o irreduzível dessa transmissão da família, necessária à constituição subjetiva? Neste texto de Lacan (1969 /2003), é indicada a transmissão do desejo, assim como retomado em Couto (2010), mas vivemos o império do gozo, com o declínio da função paterna, da autoridade, das instituições, enfim, uma era de precarização simbólica (CASTILHO, 2017). Observamos que isso produz efeitos nos enlaces familiares e na constituição de subjetividades, o que pretendemos analisar. Pode ser ainda interessante debater sobre em que medida tal discussão pode ser associada aos parâmetros da perspectiva histórica social, que indica as remodelagens de arranjos familiares e a tendência já evidente de um processo de despatriarcalização.

Dentro dos objetivos do trabalho que serve de base para este artigo e pensando na família enquanto operador lógico e supostamente necessário à constituição subjetiva da criança, bem como sobre o declínio da função paterna de nossos tempos, problematizamos o tema com as seguintes questões: como conceber como suficiente a função de resíduo da família, relacionada às funções materna e paterna, considerando as múltiplas formas de subjetividade que se apresentam na contemporaneidade?

## **Considerações Finais**

Com o propósito mais geral de compreender a função da família na subjetividade da criança, delimitamos como objetivo específico estudar o tema família na perspectiva social, através da revisão da literatura, o que permitiu a discussão sobre suas configurações, de forma a embasar o aprofundamento sobre a compreensão de sua importância e lugar para criança. Apresentamos, então, alguns aspectos da revisão da temática na perspectiva social e histórica realizada, que possibilitou conhecer famílias em diferentes contextos e, por conseguinte, formatações, na história da sociedade brasileira.

Podemos notar que, mesmo que as famílias tenham se apresentado de diferentes formas ao longo da história, há nos discursos psicopedagógicos um determinado ideal de família que indica comportamentos e relacionamentos adequados de seus membros, o que não corresponde às operações associadas às funções materna e paterna, como operadores lógicos necessários à constituição subjetiva da criança, sob determinada ótica da psicanálise.

No entanto, se operar com a noção de função pode nos fazer avançar teórica e clinicamente na tentativa de superar modelos familiares ou de comportamentos que supostamente pudessem garantir um desenvolvimento adequado à criança – tal como se apresentou no século XIX, e ainda aparecem nos discursos atuais – pode não ser suficiente para ler a clínica da atualidade. Portanto, além da preocupação que nossa proposta de pesquisa contempla com as repercussões sociais promovidas pela perpetuação de ideais de família, que podem ser reforçados até mesmo pela teoria psicanalítica, como vimos, adentramos também na problematização da teoria, e não apenas nos efeitos que podem produzir sua apropriação no campo social. Tal problematização só se justifica pela clínica, que se constitui como o método de pesquisa próprio da psicanálise e interroga as construções teóricas e conceituais a partir do caso (ANSERMET, 2003; VORCARO, 2010). As repercussões sociais das diferentes apropriações da teoria psicanalítica já justificaria a pertinência deste estudo, inclusive porque suspeitamos que suas possíveis interpretações podem contribuir para o reforço dos ideais de família que mencionamos observar em nossa prática clínica, com desdobramentos importantes no campo social, inclusive nos contextos educativos, que enfocamos.

Mas é possível até mesmo problematizar as noções das funções que operam a subjetivação, a partir da clínica contemporânea. Se, no contexto da escrita do texto lacaniano de 1969 (LACAN, 1969/2003), na França, o fracasso das utopias comunitárias apontava que não se podia prescindir da família,

como interpretou Teperman (2015), podemos questionar se será isso válido ou suficiente para pensar a clínica na atualidade, bem como compreender os tensionamentos que podem ser percebidos sobre o tema no âmbito educacional. Percebemos que, se consideramos a função materna e paterna, mesmo como operadores lógicos, não necessariamente atreladas às figuras da mãe ou do pai, acabamos por reforçar o modelo de família tradicional. Permanecemos com a referência ao trio edipiano *pai, mãe e filho*, independente do modelo de família, o que pode não ser suficiente ou mesmo apropriado para compreensão da família e das subjetividades contemporâneas. Pois, se, na atualidade, constatamos profundas transformações nas instituições, inclusive na família, em que sentido isso acarreta consequências ao que Lacan (1969/ 2003) localizou como a transmissão de um desejo necessário à constituição subjetiva?

Acreditamos que as instituições escolares, que lidam com as famílias diretamente em seu cotidiano, e, ainda, sendo uma instituição, proporciona e promulga certos ideais, inclusive relacionados à família, constitui-se como contexto propício e fértil para pensar estas questões. A prática clínica, que se estabelece como uma prática de pesquisa a partir do caso e condiciona a reformulação teórica a partir dele, exige, assim, as reconstruções de parâmetros conceituais e de intervenção a partir da abordagem às novas formatações subjetivas e aos novos sintomas. Assim, a contribuição da leitura psicanalítica, eminentemente clínica, da temática da família e, por conseguinte, sua problematização, pode se dar mediante o auxílio para construção de um fazer mais condizente com os problemas enfrentados no campo educativo, incluindo o enfoque na saúde mental dos envolvidos de forma abrangente.

## REFERÊNCIAS

- ANSERMET, Francois. **Clínica da Origem**: a criança entre a medicina e a psicanálise. Tradução Daisy de Ávila Seidl. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003. 223 p.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil** (1936). 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CASTILHO, Pedro. Os nomes do laço social das adolescências na contemporaneidade: errância, sintoma e corpo. In M.R. Pereira (org.). **Os sintomas na educação de hoje**: que fazemos com isso? Belo Horizonte: Scriptum, 2017.



CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. 120 p. (Estudos sobre Seguro, nº 32). Disponível em <[https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32\\_1.pdf](https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf)> Acesso em 10/03/2023.

COSTA, Terezinha. **Psicanálise com crianças**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 87 p.

COSTA, Terezinha. Jacques Lacan e a falta de objeto. **Corpo Freudiano do Rio de Janeiro**. 2014. Recuperado em 20/09/2014 de <[http://www.convergenciafreudlacan.org/Documents/II\\_JACQUES%20LACAN%20E%20A%20FALTA%20DE%20OBJETO.doc](http://www.convergenciafreudlacan.org/Documents/II_JACQUES%20LACAN%20E%20A%20FALTA%20DE%20OBJETO.doc)>

COUTO, Margaret Pires.;SANTIAGO, AnaLydia. Família e fracasso escolar. **Revista Eletrônica do Núcleo Sephora**. V. 2, n. 4, mai a out. 2007. Disponível em <[www.nucleosephora.com/asephallus/numero04/artigo04.htm](http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero04/artigo04.htm)> Acesso em 15 jun 2021.

COUTO, Margaret Pires. As novas organizações familiares e o fracasso escolar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 30, p. 57-66, jun. 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141469752010000100005&lng=pt&nr m=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752010000100005&lng=pt&nr m=iso)>. Acesso em 11 jul. 2021.

COUTO, Margaret Pires. **O fracasso escolar e a família: o que a clínica nos ensina?** Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012.

CUNHA, Matheus Antonio da. O conceito de família e sua evolução histórica. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis/SC, 27 set. 2010. Disponível em <<https://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332-o-conceito-de-familia-e-sua-evolucao-historica>> Acesso em 30/05/2023.

DUFOUR, Dany-Robert. **A cidade perversa: liberalismo e pornografia**. Tradução Clóvis Marques. Revisão Técnica Marília Amorim. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. 3 ed. 81p.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1900/ 1996. V. 5.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1905/1996. V. 7.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1912-1913/1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (1933)**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48 ed. rev. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; V. 1).

HEINEMANN, Giovana Bessa Borges; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Concepção atual de família: do declínio da função paterna aos novos sintomas. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. 12, n. 3-4, p. 639-662, dez. 2012. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151861482012000200006&lng=pt&nr m=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482012000200006&lng=pt&nr m=iso)>. Acesso em 21 jul. 2021.

JERUSALINSKY, Julieta. **Enquanto o futuro não vem: A Psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês.** Salvador: Ágalma, 2002. 306 p.

JERUSALINSKY, Julieta. **A criação da criança: brincar, gozo e a fala entre a mãe e o bebê.** Salvador, BA: Ágalma, 2014. 298 p.

KHULMAN JR., Moyses. Histórias da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira e Educação** (14). Ago., 2000. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 22 de junho de 2021.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernanda R.; PENA, Alexandra. Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, e237202, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v46/1517-9702-ep-46-e237202.pdf>> Acesso em 18 de maio de 2021.

LACAN, Jacques. Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina. In: **Escritos.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1958/2003. p.734-745.

LACAN, Jacques. Nota sobre a criança. In: **Outros escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969/ 2003.

MILLER, Jacques Allain. A criança entre a mulher e a mãe. In: Opção Lacaniana. **Revista Internacional de Psicanálise.** n. 21. São Paulo: Edições Eólia, 1994. P 7-12.

MUAZE, Mariana. Por uma micro-história da família. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011. Disponível em <[chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856711\\_4179a46dcb4e5564e1c374fa5d7a0bc1.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856711_4179a46dcb4e5564e1c374fa5d7a0bc1.pdf)> Acesso em 13/03/23.

MUAZE, Mariana. Pensando a família no Brasil: ganhos interpretativos a partir da micro-história. **Confluenze**, v. 8, n. 1, 2016, p. 10-27. Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna. Disponível em <<https://confluenze.unibo.it/article/view/6247/6026>> Acesso em 12/02/2023.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. Famílias, odeio-vos? Reconfiguração contemporânea e recomendações a psicanalistas. In: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soraes (Org.). **Psicanálise e educação: impasses subjetivos contemporâneos IV.** 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017. P. 41-54.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A parte obscura de nós mesmos: Uma história dos perversos.** Tradução André Teles. Revisão Técnica Marco Antônio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, 1997 2(2), 7-21.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade. Dossiê: Família. **Psicologia USP**, 13 (2), 2002.

SCHUWARTEN, Elaine Sabrina Moreira. A família na legislação brasileira. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 16/05/2019. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52898/a-familia-na-legislacao-brasileira>. Acesso em: 30 jul 2020.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19983/13277>> Acesso em 10/02/2023.

SPITZ, René. A. **O primeiro ano de vida**. Tradução Erothildes Millan Barros da Rocha. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1965/1998. 390 p.

TEPERMAN, Daniela. A família e a ordem sexual na nossa época. In: In: KAMERS, Michele; MARIOTTO, Rosa Maria M., VOLTOLINI, Rinaldo (Orgs.). **Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência**. São Paulo: Escuta, 2015. p. 229-242.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

VORCARO, Ângela Maria Resende. Psicanálise e Método Científico: o lugar do caso clínico. In: MOREIRA, Jacqueline Oliveira; KYRILLOS NETO, Fuad. **Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade**. Barbacena, EdUEMG, 2010, p. 11-23. Disponível em <<http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal172P20120518120750.pdf>>. Acesso em 11/01/2014.

*Recebido em: 03 de dezembro de 2023.  
Aprovado em: 21 de dezembro de 2023.*